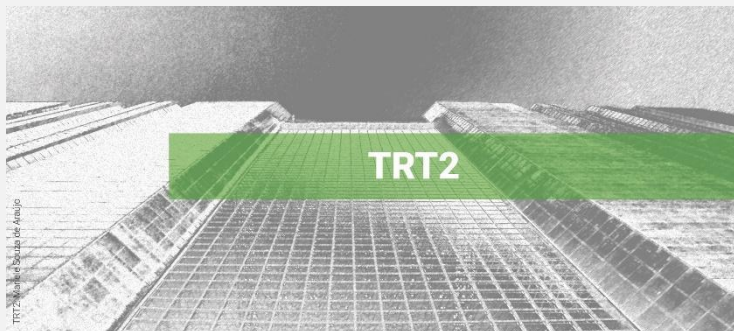


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 28

Período: 13 a 17 jul. 2026



Portaria n. 12/CR, de 8 de julho de 2026

Suspende os efeitos da Portaria n. 11/CR, de 11 de junho de 2026, que define os parâmetros para as modalidades de equalização da carga de trabalho no primeiro grau de jurisdição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Ato n. 38/GP, de 30 de junho de 2026

Altera o Ato n. 57/GP, de 31 de julho de 2023 - Código de Ética dos Servidores, para dispor sobre a competência do Comitê de Ética e Integridade em relação a denúncias anônimas substanciadas.

Resolução Administrativa n. 3, de 30 de junho de 2026

Regulamenta as atribuições, a organização e o funcionamento da Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 630/DGA.SGP, de 6 de julho de 2026

Transforma 2 (duas) Funções Comissionadas de Auxiliar Administrativo I, FC-01, vagas n.s 243 e 767; 1 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo II, FC-02, vaga n. 578; e 1 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe, FC-05, vaga n. 68, em 1 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe de Núcleo, FC-06; 1 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo III, FC-03 e 1 Função Comissionada de Auxiliar Administrativo I, FC-01.

Portaria n. 35/DGA, de 7 de julho de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 36/DGA, de 8 de julho de 2026

Altera a portaria de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Provimento n. 7/GP.CR, de 8 de julho de 2026

Altera a Consolidação das Normas da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, aprovada pelo Provimento n. 4/GP.CR, de 3 de junho de 2026, para dispor sobre a vinculação entre juiz(a) do trabalho, titular ou substituto(a), requerente e servidor(a) auxiliar que estejam em circunscrições diferentes.

Portaria n. 17/GP.CR, de 13 de julho de 2026

Determina a suspensão das atividades presenciais, incluindo expediente, atendimento ao público e audiências no Fórum Trabalhista de Cubatão, na forma que especifica.

Ato n. 41/GP, de 14 de julho de 2026

Institui a Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 16/GP, de 14 de julho de 2026

Designa os membros da Comissão Regional de Justiça Itinerante e Inclusão Digital no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de Interesse

Conselho Nacional de Justiça

Portaria n. 52/CNJ, de 10 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 48/CNJ, de 1º de julho de 2026 da Corregedoria Nacional de Justiça, que institui Grupo de Trabalho para realização de auditoria dos passivos funcionais de magistrados nos tribunais brasileiros, com exceção do Supremo Tribunal Federal.

Portaria n. 311/CNJ, de 10 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 191/CNJ, de 3 de junho de 2024, que designa representantes do Fórum de Diversidade do Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria n. 349/CNJ, de 30 de novembro de 2023.

Portaria n. 312/CNJ, de 13 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 222/CNJ, de 23 de junho de 2022, que institui o Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no âmbito Judicial.

Provimento n. 239/CNJ, de 13 de julho de 2026

Regulamenta, em âmbito nacional, a conversão em pecúnia, a apuração e o pagamento dos passivos funcionais decorrentes da licença-prêmio por tempo de serviço devida aos magistrados, e dá outras providências.

Edital de Chamamento Público n. 1/CNJ, Observatório do Trabalho Decente do Poder Judiciário, de 2026

Torna público o presente edital para seleção e cadastramento de organizações da sociedade civil e grupos de pesquisa científica interessados em colaborar com o fornecimento de subsídios para as atividades do Observatório.

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato n. 78/CSJT.GP.SG, de 10 de julho de 2026

Institui Grupo de Trabalho para a elaboração de estudos complementares com vistas ao aperfeiçoamento do modelo de assistência à saúde destinado aos servidores da Justiça do Trabalho, na forma do § 2º do art. 8º da Resolução n. 445/CSJT, de 26 de junho de 2026.

[Ato n. 81/CSJT.GP.SG.SETIC, de 15 de julho de 2026](#)

Institui a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) no âmbito do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Supremo Tribunal Federal

[Resolução n. 916/STF, de 14 de julho de 2026](#)

Dispõe sobre o Estatuto da Auditoria Interna do Supremo Tribunal Federal.

[Resolução n. 917/STF, de 16 de julho de 2026](#)

Regulamenta o estágio probatório e o desenvolvimento na carreira dos servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal do Supremo Tribunal Federal.

Poder Legislativo

[Lei n. 15.467, de 13 de julho de 2026](#)

Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania.

Conselho Federal de Contabilidade

[Resolução n. 1.799/CFC, de 30 de junho de 2026](#)

Dispõe sobre o procedimento para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a licitantes e contratados, no âmbito dos Conselhos de Contabilidade.

Conselho Federal de Medicina

[Resolução n. 2.464/CFM, de 2 de julho de 2026](#)

Regulamenta o uso de plasma rico em plaquetas como procedimento médico adjuvante no tratamento de condições osteomusculares específicas e dá outras providências.

Tribunal Superior do Trabalho

[Ato n. 8/GCGJT, de 8 de julho de 2026](#)

Institui o Prêmio “TRT em Destaque”, destinado a reconhecer e estimular resultados, iniciativas e boas práticas dos Tribunais Regionais do Trabalho em áreas estratégicas para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Ministério do Trabalho e Emprego

[Portaria n. 1.238/MTE, de 15 de julho de 2026](#)

Altera a Portaria n. 2.152/MTE, de 11 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a destinação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador de valores provenientes de condenações e acordos em ações civis públicas trabalhistas e de termos de ajustamento de conduta trabalhistas.

[Portaria n. 1.259/MTE, de 15 de julho de 2026](#)

Inclui o item 35.4.5 na Norma Regulamentadora n. 35 (NR-35) - Trabalho em Altura, altera a redação do Anexo III - Escadas de Uso Individual da NR-35 e altera a redação da Portaria n. 1.680/MTE, de 2 de outubro de 2025.

Conselho Federal de Odontologia

Resolução n. 296/CFO, de 10 de julho de 2026

Define normas para o registro de especialidade a egressos de residência uniprofissional e multiprofissional em odontologia e dá outras providências.

Ministério da Fazenda

Portaria n. 2.061/PGFN.MF, de 10 de julho de 2026

Dispõe sobre o regime de cooperação para a modernização e o incremento da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa dos entes federados, autarquias profissionais e conselhos de classe, mediante o compartilhamento de soluções digitais e inteligência institucional da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Instrução Normativa n. 2.336/RFB, de 14 de julho de 2026

Dispõe sobre a restituição automática do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2025, ano-calendário de 2024.

Portaria n. 2.093/PGFN.MF, de 14 de julho de 2026

Dispõe sobre a negociação de créditos inscritos em dívida ativa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001, administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e dá outras providências.

Ministério da Previdência Social

Portaria n. 1.109/SRPC.MPS, de 15 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 2.024/SRPC.MPS, de 15 de outubro de 2025, para estabelecer procedimentos de análises de termos de acordos de parcelamento relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Portaria n. 1.116/CRPS.MPS, de 16 de julho de 2026

Dispõe sobre as ações institucionais externas do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS e estabelece diretrizes para o tratamento das demandas recebidas no âmbito dessas ações.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Portaria n. 5.793/MGI.SGP, de 14 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 619/SEGRT.MGI, de 9 de março de 2023, que estabelece orientações e procedimentos aos órgãos e entidades sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro

CEP: 01310-200 - São Paulo/SP

Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal